

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.234 - RS (2019/0123938-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : ALBERTINA DOS SANTOS
ADVOGADO : JUNIO SCHARDOSIM PERES - RS052335

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONDIÇÃO DE DEPENDENTE. UNIÃO ESTÁVEL. COMPROVADA. TUTELA ESPECÍFICA.

1. Os requisitos para a obtenção do benefício de pensão por morte estão elencados na legislação previdenciária vigente à data do óbito, cabendo a parte interessada preenchê-los. No caso, a parte deve comprovar: (a) ocorrência do evento morte; (b) a qualidade de segurado do de cujus e (c) a condição de dependente de quem objetiva a pensão.

2. A dependência econômica da companheira que vivia em união estável com o de cujus se presume. 3. Não se exige início de prova documental para a caracterização de união estável, que pode ser comprovada mediante testemunhos idôneos e coerentes, informando a existência da relação *more uxório*, diferentemente do exigido pela legislação previdenciária para a comprovação do tempo de serviço.

3. Determina-se o cumprimento imediato do acórdão naquilo que se refere à obrigação de implementar o benefício, por se tratar de decisão de eficácia mandamental que deverá ser efetivada mediante as atividades de cumprimento da sentença *stricto sensu* previstas no art. 497 do CPC, sem a necessidade de um processo executivo autônomo (*sine intervallo*).

Alega violação dos arts. 16 e 74, ambos da Lei n. 8.213/91, e 22 do Decreto n. 3.048/1999, no que concerne à inexistência de prova material de dependência econômica para concessão de pensão por morte, trazendo os seguintes argumentos:

Trata-se de ação previdenciária em que a parte autora postula a concessão de pensão em decorrência da **morte de sua filha, inobstante a inexistência de prova material da dependência econômica na data do óbito** (sem grifo no original) (fls. 168).

Postula a parte autora, ex-companheira do de cujus, a condenação do

INSS a conceder o benefício pensão por morte, **em face do óbito do segurado Jauzino Santos da Rosa**, ocorrido em 02/07/2014 (sem grifo no original) (fls. 169).

No caso concreto, ao compulsar os autos do processo judicial, constata-se se que a demandante não se desincumbiu do seu ônus probatório, previsto no inciso I do art.373 do Novo Código de Processo Civil, uma vez que não comprovou que, na data do óbito, **dependia economicamente do seu filho** (sem grifo no original)

Os elementos fáticos retratados nos autos permitem concluir que **não havia qualquer relação de dependência econômica entre a demandante e o de cujus**, razão pela qual a autora foi incapaz de apresentar qualquer documento indiciário da alegada dependência. (fls. 170).

É o relatório. Decido.

Na espécie, quanto à alegada violação dos arts. 16 e 74, ambos da Lei n. 8.213/91, e 22 do Decreto n. 3.048/1999, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/álnea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já consignou que “o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido violação. Compete à parte recorrente indicar de forma clara e precisa qual o dispositivo legal (artigo, parágrafo, inciso, alínea) que entende ter sofrido violação, sob pena de, não o fazendo, ver negado seguimento ao seu apelo extremo em virtude da incidência, por analogia, da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp 583.401/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 25/3/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no Ag n. 341.240/SP, relator Ministro Massami Uyeda, Quarta Turma, DJ de 6/8/2007, p. 493; e AgRg no REsp n.

695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005, p. 263.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente